

# A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DA SECRETARIA<sup>1</sup> DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE JACUIZINHO-RS

Rodrigo Sisnandes Pereira<sup>2</sup>

## RESUMO

A Constituição de 1988 propiciou a ampliação dos espaços de participação popular, permitindo a esse segmento um papel de destaque na gestão das políticas públicas. O presente artigo aborda a participação da Sociedade nos Conselhos Municipais vinculados à Secretaria de Educação do município de Jacuizinho-RS, na perspectiva de conhecer como vem se constituindo a representação da Sociedade nesses conselhos. Além disso, o trabalho tem como objetivos contribuir para a valorização dos Conselhos Municipais como instrumento de participação da Sociedade junto a administração municipal, analisando de forma mais específica a participação social na composição dos conselhos. Através de uma pesquisa exploratória com o embasamento teórico de vários autores buscou-se caracterizar os conselhos estudados, adotando a metodologia de dividir a composição dos mesmos em grupos separados por representantes do Poder Público e representantes da Sociedade Civil. Verificou-se que alguns integrantes representantes da Sociedade Civil se declararam indicados pelo Poder Público e que o princípio da paridade na indicação dos conselheiros não é respeitado. A grande maioria dos conselheiros acredita que a população tem pouco ou nenhum interesse na participação junto aos Conselhos Municipais. Desta forma, respondeu-se o problema da pesquisa verificando a participação da Sociedade junto aos conselhos vinculados a Secretaria de Educação do município de Jacuizinho-RS, deixando como sugestão para próximas pesquisas um estudo sobre a atuação dos membros junto aos Conselhos.

**Palavras-chave:** Conselhos – Poder Público – Sociedade Civil

## ABSTRACT

The constitution of 1988 propiciated the enlargement of spaces for popular participation allowing an outstanding role for it in the management of public politics. The present article approaches the participation of Society in Community Councils linked to the Education Secretariat of the County of Jacuizinho-RS aiming to know how is the representation of Society constituted. Also, this research has the goal to contribute for the assesment of the County Councils as an instrument of participation of the Society with the County Administration, analyzing more specifically social participation in the Councils composition. Through an exploratory research on teórical basis by various authors we tried to characterize the Councils studied adopting the methodology of dividing them in groups separated by representatives from Public Power and from Civil Society. We realized that some representatives members of Civil Society declared themselves indicated by the Public Power and that the Principle of Equality has not been respected. Most of the councilors believe the population do not have interest in participating in Community Councils. Therefore, this research leaves a sugestionar for a further study about councilors performances in these Councils.

**Keywords:** Councils – Public Power – Civil Society

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Área de Concentração em Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública Municipal, orientado pelo Professor Dr. José Odim Degrandi. As *normas* estão orientadas conforme a *Revista Sociais e Humanas*, seguindo orientação da coordenação do curso.

<sup>2</sup> Administrador pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela UNINTER e Especialista em Educação Ambiental pela UFSM. Email: rodrigo15150@yahoo.com.br.

## 1 INTRODUÇÃO

Nossa Constituição Federal garantiu a todos a democracia e mais do que isso uma democracia participativa, ou seja, todos os cidadãos podem participar do processo de decisão político-administrativa de seu município. A participação da sociedade na esfera pública, interagindo com o Estado no debate e deliberação de questões coletivas, está promovendo a efetiva participação cidadã na política, bem como, o controle social. A participação cidadã na gestão pública pode ser nas mais diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, e por meio de diversos instrumentos existentes, tais como: atuação nos Conselhos Municipais, na elaboração do Plano Diretor Participativo e do Orçamento Participativo. A participação cidadã e o controle social, principalmente nos municípios de pequeno porte, são fundamentais para o desenvolvimento local e a correta aplicação dos recursos públicos.

Os Conselhos Municipais são considerados como importantes avanços em direção à democratização, tendo como função principal a participação da sociedade em arenas decisórias e fiscalizadoras como garantia de maior transparência na utilização dos recursos públicos. A legislação estabelece a obrigatoriedade da existência dos conselhos nas esferas municipais e estes devem ser instituídos por iniciativa do Executivo Municipal respeitando a paridade, ou seja, metade de seus membros indicados pela sociedade civil e a outra metade pelo poder público. O maior desafio está no funcionamento prático desses Conselhos, uma vez que há uma falta de cultura de participação, desconfiança, desinteresse dos gestores e da população, gerando pouca participação e desconhecimento de seu funcionamento, além disso, na maioria das vezes, a principal distorção está no fato de não ser respeitada a paridade na composição dos conselhos, sendo seus membros, na maioria, vinculados ao Poder Público, o que acaba por estabelecer a sua existência apenas para cumprir a legislação.

O município de Jacuizinho, localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, foi criado em 16 de abril de 1996, conta com uma população de 2.633 habitantes, possui instituído legalmente diversos conselhos como forma de garantir a participação popular nas mais variadas áreas da administração. Para o estudo em questão definiu-se o problema de pesquisa sobre como se dá a composição dos Conselhos vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do município de Jacuizinho-RS.

O presente estudo tem por objetivo geral contribuir para a valorização dos Conselhos Municipais como instrumento de participação da sociedade junto à administração municipal,

analisando de forma mais específica a participação social na composição dos conselhos vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do município de Jacuizinho-RS, ou seja, se a sociedade através dos conselhos realmente está representada junto ao poder público municipal. Sendo assim, escolheu-se a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto para a realização do estudo, uma vez que a mesma possui cinco conselhos vinculados, sendo a área da administração municipal que possui o maior número de conselhos: Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do FUNDEB, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Alimentação Escolar, Conselho Municipal de Desporto e Conselho Municipal da Cultura.

A justificativa para esse estudo está na importância de conhecer como se dá a composição desses Conselhos e proporcionar o interesse da Sociedade Civil para uma participação mais efetiva, sendo isso fundamental para a melhoria das administrações, principalmente nos pequenos municípios, onde os recursos são cada vez mais escassos e a população fica muitas vezes desassistida.

Desta forma, no intuito de fazer um estudo sobre a participação social nos conselhos municipais ligados à Secretaria Municipal de Educação do município de Jacuizinho, estruturou-se o presente artigo com um embasamento teórico sobre o surgimento dos conselhos populares no Brasil e especificamente os conselhos de educação, fazendo-se na sequência a caracterização dos conselhos vinculados à Secretaria de Educação de Jacuizinho, nos capítulos seguintes abordou-se a metodologia, resultados e discussão e considerações finais.

## **2 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E OS CONSELHOS**

A participação social junto aos conselhos municipais ajuda a consolidar a democracia participativa aproximando a população das decisões sobre a aplicação dos recursos públicos pelo executivo, sobre esse assunto encontramos diversos estudos em nossa literatura. Esse capítulo apresenta conceitos de diversos autores sobre o tema, abordando o surgimento dos conselhos municipais, a legislação e a importância dos mesmos. A partir do estudo da

legislação municipal, também foi possível caracterizar a formação dos conselhos municipais de Jacuizinho, especificamente, aqueles ligados à Secretaria Municipal de Educação.

Segundo Côrtes (1998), os conselhos municipais têm sido tratados pela literatura como um importante espaço de participação na administração pública correspondendo a um dos mecanismos de ampliação da democracia e da participação política. Nesse sentido, a Administração Pública do município de Jacuizinho possui instituído diversos conselhos, com o intuito de se constituírem como canais de comunicação entre a sociedade e o poder político local, sendo importante compreender como se deu o surgimento desse importante instrumento de participação social.

## **2.1 Conselhos no Brasil**

De acordo com Gonh (1990), no Brasil, o surgimento dos vários tipos de conselhos ocorreram no final da década de 1970 e início da década de 1980, os chamados conselhos populares, construídos pelos movimentos sociais, com o objetivo de atuar junto à administração municipal; os conselhos comunitários criados pelo poder público para mediar as relações com as organizações populares e ainda os conselhos gestores institucionalizados. Naquele momento os conselhos eram compostos de organizações populares e tinham como atribuições o caráter opinativo, fiscalizador e consultivo.

Segundo Souza (1997), os anos 70 foram marcados pelo surgimento de grandes burocracias públicas que planejavam de modo centralizado a economia. Desta forma, pode-se dizer que foram também por meio das necessidades burocráticas administrativas que surgiram os conselhos nas administrações públicas, tendo como principal objetivo a democratização e a descentralização do poder na administração pública municipal.

Para Moura (2009), o surgimento dos conselhos está diretamente ligado à manifestação popular caracterizada por diversos movimentos sociais no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Esses movimentos surgiram como novos atores na cena política, capazes de transformar a conjuntura política da época e iniciar um novo processo em busca de maior participação e de novas formas de relação com o Estado.

Gonh (1990) afirma que nesse período, os conselhos eram voltados basicamente para o atendimento de carências da população como linha de ônibus e determinados serviços. Com o passar do tempo os conselhos populares se destacaram como estratégia para ampliar e alargar

a democratização do Estado, organizados, sobretudo por grupos de esquerda e de oposição ao regime militar da época.

Com a redemocratização, os conselhos, a partir da Constituição de 1988, passam a agir como mediadores dos interesses do Estado e da Sociedade. Estes últimos podem ser de caráter consultivo, como mero instrumento de consulta estatal, ou deliberativo, como instrumento de determinação e decisão das políticas (GONH, 1990). De acordo com a literatura existente pode-se concluir que a constituição de 1988 foi um marco para a participação popular e a descentralização política através da municipalização das demandas da população.

Segundo Maia (1998), a Constituição de 1988, entre tantos avanços, reconheceu os direitos sociais como educação, saúde, segurança, e estabeleceu leis que instituíram a criação dos conselhos municipais, estaduais e nacionais. Essa constituição permitiu uma maior liberdade aos municípios para criarem suas leis orgânicas e implantarem os conselhos municipais, ou seja, deu liberdade para os municípios elaborarem e executarem suas políticas para atenderem as demandas locais.

## **2.2 Conselhos de Educação no Brasil**

Os conselhos municipais de educação, no Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul, surgiram pela iniciativa do poder público e pela necessidade do executivo estadual e municipal em acelerar o processo de municipalização do ensino. As relações entre Estado e Sistema Educacional foram fundamentais para o estabelecimento de conselhos municipais de educação, uma vez que foi o processo de descentralização política e o municipalismo que acelerou a criação de conselhos. A questão educacional, no Brasil, passou a se tornar uma responsabilidade do Estado a partir da década de 1930, quando a constituição de 1934 definiu a competência relacionada à educação nas três esferas do poder público: municipal, estadual e federal. Tal constituição estabeleceu que cada uma dessas esferas deveria aplicar um valor mínimo de suas arrecadações em educação, o que contribuiu para reforçar o papel do Estado em todo o território nacional (DALL'IGNA, 1992; REIS, 1999).

Segundo Petrarca (2008), os conselhos municipais estão amparados na legislação, com isso as lideranças de entidades da sociedade civil e organizações sindicais passaram a ver neste instrumento um importante meio de influenciar as tomadas de decisões políticas e

ampliar suas forças políticas, tornando-se ferramentas-chave na descentralização e na ampliação do papel político dentro dos governos municipais.

### **2.3 Conselhos na Secretaria de Educação de Jacuizinho-RS**

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Jacuizinho possui 05 (cinco) conselhos vinculados e atualmente estão todos em funcionamento: Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do FUNDEB; Conselho Municipal de Educação; Conselho Municipal de Alimentação Escolar; Conselho Municipal de Desporto; Conselho Municipal da Cultura. Esses conselhos foram criados através de leis e decretos do Poder Executivo Municipal, sendo posteriormente aprovado, por seus membros, normas e regimentos internos que regem seu funcionamento, sempre com a supervisão da Secretaria Municipal de Educação. Ao todo esses Conselhos possuem 35 membros titulares nomeados através de portaria do Prefeito Municipal.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Jacuizinho/RS desenvolve diversos trabalhos voltados para o atendimento da educação das séries iniciais até o ensino fundamental, responsável pelas políticas públicas de educação, fornecendo transporte escolar a todos os alunos do município, ainda atua como responsável pelo desporto e cultura do município desenvolvendo inúmeras atividades em parceria com entidades do município e os próprios Conselhos.

#### **2.3.1 Conselho do FUNDEB**

O Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do FUNDEB foi criado através da Lei Municipal nº 457/2007, sendo constituído por oito (8) membros com as seguintes representações: um representante da Secretaria Municipal de Educação; um representante do Executivo Municipal; um representante dos professores das escolas públicas municipais de educação básica; um representante dos servidores técnicos administrativos das escolas públicas municipais de atenção básica; um representante dos professores das escolas públicas municipais de educação

básica; dois representantes dos pais de alunos da educação básica pública municipal; um representante do Conselho Municipal de Educação; um representante do Conselho Tutelar.

De acordo com Jacuizinho (2007), compete ao Conselho do FUNDEB acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do fundo; supervisionar a realização do censo educacional anual e a elaboração da proposta orçamentária anual; examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do fundo; emitir parecer sobre o acompanhamento anual do fundo.

### 2.3.2 CME - Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação foi criado pela Lei Municipal nº 428/2007, sendo constituído por sete (7) membros com as seguintes representações: dois representantes da Secretaria Municipal de Educação; um representante da Câmara Municipal de Vereadores; dois representantes da Escola Estadual Menino Jesus; um representante das Diretoras das Escolas Municipais. O Conselho Municipal de Educação teve seu regimento interno criado por seus membros e aprovado através do Decreto Municipal nº 009/2009.

Segundo Jacuizinho (2007), compete ao Conselho Municipal de Educação entre outras: interpretar a legislação de ensino; expedir normas disciplinares do ensino e do sistema; promover estudos da comunidade, tendo em vista os problemas educacionais; estudar e sugerir medidas que visem a expansão e aperfeiçoamento do ensino no município e emitir pareceres sobre assuntos de natureza educacional no município.

### 2.3.3 CMAE - Conselho Municipal de Alimentação Escolar

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar foi instituído pelo Decreto Municipal nº 041/2001 e alterado pelo decreto Municipal nº 019/2011 nos termos da Resolução nº 38/2009 do FNDE, sendo constituído por sete (7) membros com as seguintes representações: um representante do Executivo Municipal; dois representantes dos Professores; dois representantes dos Pais de alunos; dois representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

Conforme Jacuizinho (2011), compete ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na legislação; acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar; zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como, a aceitabilidade dos cardápios oferecidos; receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

#### 2.3.4 CMD - Conselho Municipal de Desporto

Conselho Municipal de Desporto foi criado pela Lei Municipal nº 325/05, sendo constituído por oito (8) membros com as seguintes representações: dois representantes da Secretaria Municipal de Educação; um representante da Secretaria Municipal de Administração; um representante do Gabinete do Prefeito; um representante da Câmara Municipal de Vereadores; um representante da OAB; um representante dos CPMs das escolas municipais; um representante dos profissionais de educação física do município.

De acordo com Jacuizinho (2005), compete ao Conselho Municipal de Desporto organizar, orientar, difundir e fiscalizar a prática de desportos no município; cumprir e fazer cumprir todos os dispositivos regulamentares emitidos pelos poderes esportivos a que estiver subordinado; verificar e acompanhar a situação das entidades esportivas do município; organizar o calendário esportivo anual, de acordo com as atividades esportivas do município; organizar o cadastro esportivo do município; promover competições esportivas municipais e intermunicipais; fiscalizar a execução da legislação esportiva em vigor no país.

#### 2.3.5 CMC - Conselho Municipal da Cultura

Conselho Municipal da Cultura foi criado pela Lei Municipal nº 842/13, sendo constituído por cinco (5) membros com as seguintes representações: um representante da Secretaria Municipal da Educação Cultura e Desporto; um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social; um representante do departamento de Meio Ambiente do município; dois representantes da sociedade civil e manifestações culturais de Jacuizinho.

Segundo Jacuizinho (2013), ao Conselho Municipal da Cultura compete deliberar sobre questões de política pública de desenvolvimento da cultura no âmbito municipal; propor, supervisionar e fiscalizar as ações e políticas públicas do desenvolvimento da cultura; promover e incentivar estudos, eventos, atividades permanentes e pesquisas na área da cultura; contribuir para a definição de normas e procedimentos para os órgãos e atividades culturais da Administração municipal; propor e analisar políticas de geração, captação e alocação de recursos para o setor cultural; colaborar e participar na articulação das ações de organismos públicos e privados da área da cultura.

### **3 METODOLOGIA**

Com o intuito de atingir os objetivos propostos de analisar a participação social na composição dos conselhos municipais vinculados a Secretaria Municipal de Educação do município de Jacuizinho, como forma de contribuir para a valorização dos Conselhos Municipais foi realizado uma pesquisa exploratória, utilizando como suporte as considerações teóricas mediante revisão bibliográfica e entrevistas com os conselheiros, bem como, com a gestora da Secretaria Municipal de Educação.

De acordo com Gil (1999) a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Ainda conforme Gil (1999), estes tipos de pesquisas são os que apresentam menor rigidez no planejamento, pois são planejadas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

A coleta de dados ocorreu entre os dias 10 de outubro e 15 de novembro de 2015, sendo através de entrevistas e aplicação de questionários de forma aleatória, onde 21 conselheiros responderam a pesquisa, sendo divididos em dois grupos, onde 12 foram considerados representantes do Poder Público e 09 da Sociedade Civil. Através de sorteio foi descartado 03 pesquisados do grupo do poder público, como forma de garantir a paridade entre os grupos.

Foram levantadas questões sobre a participação social nos conselhos e a sua representatividade, bem como, o interesse da sociedade em atuar junto aos Conselhos Municipais, mediante a aplicação de questões previamente elaboradas.

Os procedimentos adotados na coleta de dados bibliográficos foi através da análise documental da legislação, regimentos internos e portarias de nomeação dos conselheiros. A aplicação do questionário foi através de email e entrevistas via telefone, conforme cadastro fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, levando-se em consideração a disponibilidade de tempo necessária para a devolução das respostas. Os dados obtidos foram todos catalogados de forma a facilitar a interpretação e análise dos resultados levantados.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Conforme análise bibliográfica na legislação que cria os Conselhos vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto pode-se dividir os conselheiros nomeados em dois grupos, conforme a representação que a lei estabeleceu. Importante ressaltar que os conselhos devem ser formados por representantes da sociedade civil e do poder público, essa divisão não é obrigatória, mas levando-se em consideração que a criação dos conselhos deu-se no sentido de permitir a participação da sociedade junto a gestão pública, recomenda-se que essa divisão, obedeça ao chamado princípio da paridade com no mínimo a metade de seus membros indicados pela sociedade civil organizada no município.

A legislação que cria os conselhos municipais vinculados a secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do município estabelece os órgãos do governo municipal e as entidades da sociedade civil que devem indicar representantes titulares e suplentes para atuar nos conselhos, mas não faz qualquer referência a composição ser paritária, alguns conselhos são formados por números ímpares de conselheiros.

A composição da representação é demonstrada na tabela a seguir, onde os grupos foram divididos em um diretamente vinculado ao Poder Público Municipal e outro composto de representantes com indicações vinculadas a entidades da sociedade civil.

Composição dos conselhos segundo sua representação estabelecida na legislação.

<b>Conselhos da Secretária de Educação</b>	<b>Nº de representantes do Poder Público</b>	<b>Nº de representantes da Sociedade Civil</b>	<b>Total</b>
Conselho do FUNDEB	5	3	8
Conselho Municipal de Educação	5	2	7
Conselho Municipal de Alimentação Escolar	3	4	7
Conselho Municipal de Desporto	5	3	8
Conselho Municipal da Cultura	3	2	5
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>14</b>	<b>35</b>

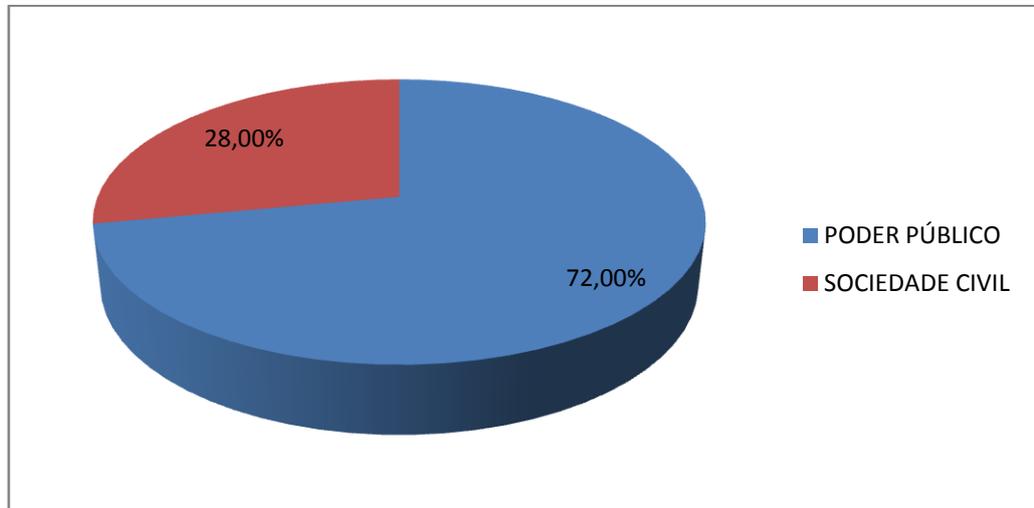
Fonte: Legislação municipal de Jacuizinho-RS.

Como pode-se observar na divisão dos 35 membros titulares dos conselhos vinculados à Secretaria Municipal de Educação, 21 deles representam o Poder Público Municipal, enquanto que 14 são representantes da sociedade civil organizada do município.

Foram pesquisados 18 conselheiros, sendo metade representantes do Poder Público Municipal e a outra metade da sociedade civil. Dos 9 conselheiros pesquisados no grupo de representantes da sociedade civil 04 afirmaram compor o conselho por indicação do Governo Municipal, o que demonstra uma certa influência do poder público nas indicações que deveriam ser da sociedade civil, conforme determina a legislação municipal. No grupo de representantes do Poder Público, todos afirmaram que sua indicação se deu pelo Governo Municipal.

Diante desse levantamento pode-se concluir que a participação social nos conselhos vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Jacuizinho apresenta uma nova distribuição na prática, pois, dos 18 conselheiros pesquisados, 13 afirmaram compor o conselho por indicação do poder público e apenas 5 confirmaram efetivamente ter sua indicação feita por entidade vinculada a sociedade civil do município, conforme demonstra a Figura 01 representando em percentual essa nova distribuição.

Figura 01 – Representação efetiva dividida entre a sociedade civil e o poder público nos Conselhos municipais vinculados a Secretaria de Educação.

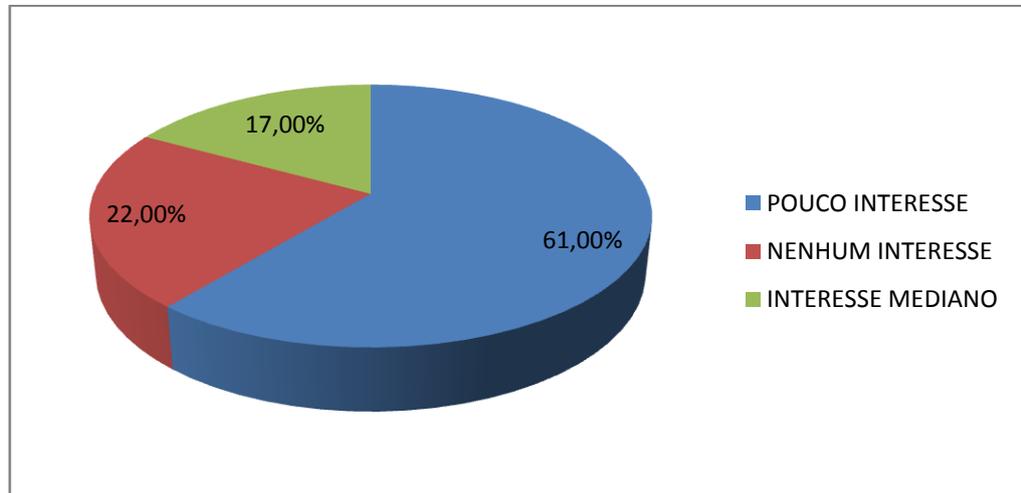


Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Após a análise documental e a pesquisa com os conselheiros sobre a composição dos conselhos vinculados a Secretaria Municipal de Educação de Jacuizinho pode-se afirmar que 13 conselheiros, ou seja, 72% dos conselheiros pesquisados possui sua indicação vinculada ao Poder Público e apenas 05 que corresponde a 28% dos conselheiros pesquisados são indicações vinculadas a Sociedade Civil do Município.

Outra questão levantada foi sobre o interesse da participação da sociedade nesses conselhos, onde dos 18 conselheiros pesquisados, 11 afirmaram que a população tem pouco interesse em participar dos conselhos, o que corresponde a 61% do total de conselheiros pesquisados, 4 conselheiros disseram que a população não demonstra nenhum interesse em participar dos conselhos, representando 22% do total e apenas 3, ou seja, 17% dos conselheiros afirmaram que a população tem interesse mediano em participar dos conselhos, a Figura 02 apresenta esses dados em percentual, considerando que nenhum entrevistado respondeu que a população tenha muito interesse na participação em conselhos.

Figura 02 – Opinião dos conselheiros sobre o interesse da população na participação junto aos conselhos municipais vinculados a Secretaria de Educação.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Na opinião dos conselheiros pesquisados, a grande maioria afirma que a população tem pouco ou não demonstra nenhum interesse em participar dos conselhos municipais esse contingente somado corresponde à opinião de 15 dos 18 conselheiros que foram entrevistados, ou seja, mais de 83% do total.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a pesquisa bibliográfica e as entrevistas com conselheiros pode-se perceber que a composição dos conselhos não apresenta uma preocupação com a participação efetiva da sociedade nas decisões que ocorrem dentro do conselho e que também a própria sociedade ali representada não demonstra muito interesse nessa participação.

A legislação que cria os conselhos determina a participação de várias entidades da sociedade civil, mas não faz qualquer referência a necessidade de formar um conselho paritário com metade de seus membros indicados efetivamente pela Sociedade Civil organizada. Alguns conselhos sequer são compostos por um número par de conselheiros.

Segundo o Portal da Transparência do Governo Federal (2015), os Conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e Sociedade Civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal). Os conselhos devem ser compostos por um número par de conselheiros, sendo que, para cada conselheiro representante do Governo, haverá um representante da sociedade civil.

Considerando a composição nos conselhos vinculados a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Jacuizinho/RS, pode-se observar claramente a falta de participação de integrantes que não sejam vinculados ao governo municipal. Desrespeitando assim o princípio da paridade, isso infelizmente é uma realidade presente em muitos municípios, o que sem dúvida compromete a democracia e a participação social, uma vez que os conselhos foram criados no intuito de ser um canal de participação da sociedade nas decisões tomadas pelo Poder Público no Município.

Desta forma, para amenizar os problemas encontrados além de uma reforma na legislação permitindo uma participação mais ampla e plural da sociedade civil é necessário que o Executivo Municipal proporcione uma maior visibilidade dos conselhos através de uma campanha para que a população entenda o funcionamento dos conselhos e como a atuação da população através deles pode gerar melhorias concretas na comunidade.

Por fim, a análise dos documentos e as respostas da pesquisa com os conselheiros permitem constatar que os Conselhos ainda estão longe de corresponder a um espaço apropriado de planejamento para articular o desenvolvimento do Município, pois não desenvolvem um papel de órgão conclusivo, deliberativo e controlador, sendo a análise da forma de atuação dos conselhos uma ótima sugestão de pesquisa futura. Desta forma, esse trabalho responde os objetivos propostos, demonstrando claramente a participação social junto aos conselhos ficando evidentes as falhas na sua composição e uma participação restrita dos membros, principalmente, da sociedade civil.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**CORTES, S. M. V. Conselhos Municipais de Saúde: a possibilidade dos usuários participarem e os determinantes da participação.** Revista Ciências Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 5-17, 1998.

DALL'IGNA, A. M. **Políticas Públicas de Educação A (Des) Articulação entre a União os Estados e os Municípios.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. G. **Conselhos Populares e Participação Popular.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 34, ano XI, 1990.

JACUIZINHO. Lei Municipal nº 325, de 13 de setembro de 2005. **Cria o Conselho Municipal de Desporto.** 2005.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal nº 428, de 27 de dezembro de 2006. **Cria o Conselho Municipal de Educação.** 2006.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal nº 457, de 12 de junho de 2007. **Cria o Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do FUNDEB.** 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto Municipal nº 019, de 06 de junho de 2011. **Cria o Conselho Municipal de Alimentação Escolar.** 2011.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal nº 842, de 11 de setembro de 2013. **Cria o Conselho Municipal da Cultura.** 2013.

MAIA, M. **Democratização e Conselhos Municipais.** In: SILVA, V. R (org.). Conselhos Municipais e poder local. Pelotas: EDUCAT, 1998.

MOURA, J. T. V. **A representação política de organizações da sociedade civil nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e a busca pela legitimidade.** Tese de Doutorado em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

PETRARCA, F. R.: **Participação política, problemas sociais e atuação em conselhos gestores municipais.** Revista Barbarói, Santa Cruz do Sul. nº. 28 jan/jun. 2008.

Portal da Transparência o Governo Federal. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlesocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp>. Acesso em: 01 jun. 2015.

REIS, M. L. **Uma Nova Leitura da Função Social da Escola no Processo de Formação da Nação na América Latina.** *Sociedade e Estado*, Brasília, v. XIV, n. 2, jul./dez. de 1999.

SACRAMENTO, W. P. do. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Ouro Preto: UFOP, 2008.

SOUZA, M. T.A. **Argumentos em torno de um “velho” tema: a descentralização.** *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 377 - 411, 1997.